

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 17/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a escala de substituição automática dos membros do Ministério Público de primeira instância.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 7º, inciso V, e 100 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 313, de 7 de julho de 2023, do Estado de Mato Grosso do Sul, que alterou a Lei Complementar Estadual nº 72/1994, reclassificando as Promotorias de Justiça do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da escala de substituição automática dos órgãos de execução de forma a garantir a continuidade da atuação da instituição,

RESOLVE:

Art. 1º A substituição dos membros do Ministério Público de primeira instância, em caso de férias, licença, ausência, impedimento e suspeição, será realizada de forma automática, sem necessidade de prévia designação do Procurador-Geral de Justiça, em conformidade com as escalas previstas no Anexo Único desta Resolução.

§ 1º Nas comarcas de entrância especial em que a substituição se der pelas Promotorias de Justiça de Campo Grande, serão observados o sistema de rodízio e o critério de precedência na lista de antiguidade na comarca.

§ 2º A 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande será substituída:

I - pela 65ª e 66ª Promotorias de Justiça apenas nas hipóteses de licença, ausência, impedimento e suspeição; e

II - nas férias, mediante escala previamente estabelecida pelos Promotores de Justiça da 47ª, 48ª, 65ª e 66ª Promotorias de Justiça de Campo Grande.

Art. 2º Eventuais omissões ou controvérsias serão resolvidas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 16/2010-PGJ, de 23 de agosto de 2010.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 17/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024

I – ENTRÂNCIA FINAL – COMARCA DE CAMPO GRANDE

PROMOTORIA DE JUSTIÇA (PJ)	ORDEM DE SUBSTITUIÇÃO
1ª PJ	7ª e 35ª PJs de Campo Grande
2ª PJ	8ª e 9ª PJs de Campo Grande
3ª PJ	9ª e 8ª PJs de Campo Grande
4ª PJ	35ª e 7ª PJs de Campo Grande
5ª PJ	6ª e 1ª PJs de Campo Grande
6ª PJ	5ª e 45ª PJs de Campo Grande
7ª PJ	1ª e 4ª PJs de Campo Grande
8ª PJ	2ª e 75ª PJs de Campo Grande
9ª PJ	3ª e 2ª PJs de Campo Grande
10ª PJ	11ª e 12ª PJs de Campo Grande



11ª PJ	10ª e 14ª PJs de Campo Grande
12ª PJ	13ª e 11ª PJs de Campo Grande
13ª PJ	12ª e 17ª PJs de Campo Grande
14ª PJ	15ª e 16ª PJs de Campo Grande
15ª PJ	14ª e 10ª PJs de Campo Grande
16ª PJ	17ª e 15ª PJs de Campo Grande
17ª PJ	16ª e 13ª PJs de Campo Grande
18ª PJ	19ª e 20ª PJs de Campo Grande
19ª PJ	18ª e 21ª PJs de Campo Grande
20ª PJ	21ª e 18ª PJs de Campo Grande
21ª PJ	20ª e 19ª PJs de Campo Grande
22ª PJ	23ª, 50ª e 73ª PJs de Campo Grande
23ª PJ	22ª, 24ª e 73ª PJs de Campo Grande
24ª PJ	50ª e 23ª PJs de Campo Grande
25ª PJ	43ª, 26ª e 34ª PJs de Campo Grande
26ª PJ	34ª, 42ª e 29ª PJs de Campo Grande
27ª PJ	28ª, 46ª e 33ª PJs de Campo Grande
28ª PJ	27ª, 33ª e 46ª PJs de Campo Grande
29ª PJ	30ª, 31ª e 49ª PJs de Campo Grande
30ª PJ	29ª, 49ª e 31ª PJs de Campo Grande
31ª PJ	49ª, 29ª e 30ª PJs de Campo Grande
32ª PJ	76ª, 67ª e 44ª PJs de Campo Grande
33ª PJ	46ª, 28ª e 27ª PJs de Campo Grande
34ª PJ	42ª, 26ª e 29ª PJs de Campo Grande
35ª PJ	4ª e 3ª PJs de Campo Grande
42ª PJ	26ª, 34ª e 31ª PJs de Campo Grande
43ª PJ	25ª, 26ª e 42ª PJs de Campo Grande
44ª PJ	67ª, 76ª e 32ª PJs de Campo Grande
45ª PJ	75ª e 6ª PJs de Campo Grande
46ª PJ	33ª, 27ª e 28ª PJs de Campo Grande
47ª PJ	48ª e 65ª PJs de Campo Grande
48ª PJ	47ª e 66ª PJs de Campo Grande
49ª PJ	31ª, 30ª e 43ª PJs de Campo Grande
50ª PJ	24ª, 22ª e 73ª PJs de Campo Grande
61ª PJ	62ª e 63ª PJs de Campo Grande
62ª PJ	61ª e 64ª PJs de Campo Grande
63ª PJ	64ª e 61ª PJs de Campo Grande
64ª PJ	63ª e 62ª PJs de Campo Grande
65ª PJ	66ª e 72ª PJs de Campo Grande
66ª PJ	65ª e 72ª PJs de Campo Grande
67ª PJ	44ª, 32ª e 76ª PJs de Campo Grande
68ª PJ	69ª e 72ª PJs de Campo Grande
69ª PJ	68ª e 72ª PJs de Campo Grande
72ª PJ	65ª e 66ª PJs de Campo Grande
73ª PJ	22ª e 23ª PJs de Campo Grande
75ª PJ	45ª e 5ª PJs de Campo Grande
76ª PJ	32ª, 44ª e 67ª PJs de Campo Grande

II – ENTRÂNCIA ESPECIAL

COMARCA	ORDEM DE SUBSTITUIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (PJS)
Água Clara	1ª e 2ª PJs de Ribas do Rio Pardo, PJ de Inocência e 9ª PJ de Três Lagoas
Amambai	1ª PJ – 2ª e 3ª PJs de Amambai, PJ de Iguatemi e PJ de Sete Quedas; 2ª PJ – 1ª e 3ª PJs de Amambai, PJ de Iguatemi e PJ de Sete Quedas; 3ª PJ – 1ª e 2ª PJs de Amambai, PJ de Iguatemi e PJ de Sete Quedas
Anastácio	1ª PJ de Aquidauana, PJ de Dois Irmãos do Buriti e 2ª PJ de Miranda
Anaurilândia	1ª PJ de Bataguassu, 1ª PJ de Nova Andradina e PJ de Batayporã
Angélica	1ª e 2ª PJs de Ivinhema e PJ de Deodápolis
Aparecida do Taboado	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 1ª, 2ª e 3ª PJs de Paranaíba
Aquidauana	1ª PJ – 2ª e 3ª PJs de Aquidauana; 2ª PJ – 3ª e 1ª PJs de Aquidauana; 3ª PJ – 1ª e 2ª PJs de Aquidauana
Bandeirantes	1ª e 2ª PJs de Camapuã e 1ª PJ de São Gabriel do Oeste
Bataguassu	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Anaurilândia e PJ de Brasilândia
Batayporã	3ª, 1ª e 2ª PJs de Nova Andradina
Bela Vista	1ª e 2ª PJs de Jardim e PJ de Nioaque
Bonito	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 2ª e 1ª PJs de Jardim
Brasilândia	2ª PJ de Três Lagoas, 2ª PJ de Bataguassu e PJ de Anaurilândia
Caarapó	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 1ª PJ de Amambai e 3ª e 5ª PJs de Dourados
Camapuã	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Bandeirantes e PJ de São Gabriel do Oeste
Cassilândia	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 3ª, 1ª e 2ª PJs de Paranaíba
Chapadão do Sul	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 1ª e 2ª PJs de Costa Rica
Coronel Sapucaia	3ª, 1ª e 2ª PJs de Amambai
Corumbá	1ª PJ – 7ª e 2ª PJs de Corumbá; 2ª PJ – 1ª e 5ª PJs de Corumbá; 3ª PJ – 6ª e 4ª PJs de Corumbá; 4ª PJ – 3ª e 6ª PJs de Corumbá; 5ª PJ – 2ª e 7ª PJs de Corumbá; 6ª PJ – 4ª e 3ª PJs de Corumbá; 7ª PJ – 5ª e 1ª PJs de Corumbá
Costa Rica	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 2ª PJ de Chapadão do Sul, 1ª e 2ª PJs de Cassilândia
Coxim	1ª PJ – 2ª e 3ª PJs de Coxim; 2ª PJ – 3ª e 1ª PJs de Coxim; 3ª PJ – 1ª e 2ª PJs de Coxim
Deodápolis	PJ de Glória de Dourados, 1ª e 2ª PJs de Ivinhema
Dois Irmãos do Buriti	PJ de Anastácio, 2ª PJ de Aquidauana e PJ de Terenos
Dourados	1ª PJ – 3ª PJ de Dourados; 2ª PJ – 13ª, 8ª e 14ª PJs de Dourados; 3ª PJ – 1ª PJ de Dourados; 4ª PJ – 5ª e 6ª PJs de Dourados; 5ª PJ – 4ª e 8ª PJs de Dourados; 6ª PJ – 7ª e 13ª PJs de Dourados; 7ª PJ – 6ª e 15ª PJs de Dourados; 8ª PJ – 13ª, 2ª e 7ª PJs de Dourados; 9ª PJ – 17ª e 11ª PJs de Dourados; 10ª PJ – 11ª e 16ª PJs de Dourados; 11ª PJ – 16ª e 17ª PJs de Dourados; 13ª PJ – 2ª, 8ª e 14ª PJs de Dourados; 14ª PJ – 15ª e 5ª PJs de Dourados; 15ª PJ – 14ª e 4ª PJs de Dourados; 16ª PJ – 10ª e 9ª PJs de Dourados; 17ª PJ – 9ª e 10ª PJs de Dourados
Eldorado	1ª e 2ª PJs de Mundo Novo, PJ de Iguatemi e PJ de Itaquiraí



Fátima do Sul	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Deodápolis e PJ de Glória de Dourados
Glória de Dourados	PJ de Deodápolis, 2ª e 1ª PJs de Fátima do Sul
Iguatemi	PJ de Sete Quedas, PJ de Eldorado e 1ª PJ de Mundo Novo
Inocência	2ª, 3ª e 1ª PJs de Paranaíba
Itaporã	PJ de Nova Alvorada do Sul, 8ª, 10ª e 11ª PJs de Dourados
Itaquiraí	PJ de Eldorado, 1ª PJ de Naviraí e 2ª PJ de Mundo Novo
Ivinhema	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Angélica e PJ de Glória de Dourados
Jardim	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 2ª PJ de Bonito e PJ de Nioaque
Maracaju	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 1ª e 2ª PJs de Sidrolândia
Miranda	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, 2ª, 3ª e 1ª PJs de Aquidauana
Mundo Novo	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente, e na falta de ambos, PJ de Eldorado e PJ de Iguatemi
Naviraí	1ª PJ – 2ª e 3ª PJs de Naviraí; 2ª PJ – 1ª e 4ª PJs de Naviraí; 3ª PJ – 4ª e 1ª PJs de Naviraí; 4ª PJ – 3ª e 2ª PJs de Naviraí
Nioaque	1ª e 2ª PJs de Jardim e 2ª PJ de Bonito
Nova Alvorada do Sul	PJ de Itaporã, 1ª e 2ª PJs de Rio Brilhante
Nova Andradina	1ª PJ – 2ª PJ de Nova Andradina e PJ de Batayporã; 2ª PJ – 1ª PJ de Nova Andradina e 3ª PJ de Nova Andradina; 3ª PJ – PJ de Batayporã e 2ª PJ de Nova Andradina
Paranaíba	1ª PJ – 2ª e 3ª PJs de Paranaíba; 2ª PJ – 3ª e 1ª PJs de Paranaíba; 3ª PJ – 1ª e 2ª PJs de Paranaíba
Pedro Gomes	PJ de Sonora, 1ª e 2ª PJs de Coxim
Ponta Porã	1ª PJ – 3ª e 2ª PJs de Ponta Porã 2ª PJ – 5ª e 4ª PJs de Ponta Porã 3ª PJ – 2ª e 5ª PJs de Ponta Porã 4ª PJ – 1ª e 3ª PJs de Ponta Porã 5ª PJ – 4ª e 1ª PJs de Ponta Porã
Porto Murtinho	PJ de Bela Vista, 2ª PJ de Jardim e 1ª PJ de Bonito
Ribas do Rio Pardo	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Água Clara e PJ de Bandeirantes
Rio Brilhante	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Nova Alvorada do Sul
Rio Negro	PJ de Rio Verde de Mato Grosso, 1ª e 2ª PJs de São Gabriel do Oeste
Rio Verde de Mato Grosso	PJ de Rio Negro, 2ª e 1ª PJs de São Gabriel do Oeste e 3ª PJ de Coxim
São Gabriel do Oeste	1ª e 2ª PJs substituir-se-ão reciprocamente e, na falta de ambos, PJ de Rio Verde de Mato Grosso e PJ de Rio Negro
Sete Quedas	PJ de Iguatemi, PJ de Eldorado e 2ª PJ de Amambai
Sidrolândia	1ª PJ – 3ª e 2ª PJs de Sidrolândia; 2ª PJ – 1ª e 3ª PJs de Sidrolândia; 3ª PJ – 2ª e 1ª PJs de Sidrolândia
Sonora	PJ de Pedro Gomes, 2ª e 3ª PJs de Coxim
Terenos	PJs de Campo Grande e PJ de Dois Irmãos do Buriti
Três Lagoas	1ª PJ – 2ª, 7ª e 4ª PJs de Três Lagoas; 2ª PJ – 1ª, 4ª e 7ª PJs de Três Lagoas; 3ª PJ – 5ª e 9ª PJs de Três Lagoas; 4ª PJ – 7ª, 2ª e 1ª PJs de Três Lagoas; 5ª PJ – 3ª e 8ª PJs de Três Lagoas; 6ª PJ – 9ª e 3ª PJs de Três Lagoas; 7ª PJ – 4ª, 1ª e 2ª PJs de Três Lagoas; 8ª PJ – 6ª e 5ª PJs de Três Lagoas; 9ª PJ – 8ª e 6ª PJs de Três Lagoas

**PORTARIA Nº 2558/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados de 28.5 a 3.6.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2559/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Zona Eleitoral de 28.5 a 3.6.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2560/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante de 27 a 29.5.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2557/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 2346/2024-PGJ, de 13.5.2024.

MEMBRO	DATA
Gilberto Carlos Altheman Júnior	20 a 27.5.2024
Anthony Allison Brandão Santos	28.5.2024
Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro	29.5.2024

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2574/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 3 (três) dias de folga compensatória de 15 a 17.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2575/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 2 (dois) dias de folga compensatória em 18 e 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2561/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara Cível da comarca de Corumbá em 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2612/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Daniella Costa da Silva e Marcos Roberto Dietz, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Gestor do Sistema Municipal de Atenção às Urgências, CGSMAU; e revogar a Portaria nº 445/2023-PGJ, de 1º.2.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 2608/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Autos nºs 0924212-47.2023.8.12.0001 e 0917435-12.2024.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2606/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências dos Autos nºs 0005377-09.2018.8.12.0002 e 0006376-88.2020.8.12.0002, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Dourados, em 22.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2604/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente a 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
23 (19h01min) a 30.9.2024 (11h59min)	Kristiam Gomes Simões
30.9 (19h01min) a 7.10.2024 (11h59min)	Fabricio Proença de Azambuja
PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
16 (19h01min) a 23.9.2024 (11h59min)	Luciana do Amaral Rabelo
9 (19h01min) a 16.12.2024 (11h59min)	Fabricio Proença de Azambuja

- passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
23 (19h01min) a 30.9.2024 (11h59min)	Fabricio Proença de Azambuja
30.9 (19h01min) a 7.10.2024 (11h59min)	Kristiam Gomes Simões
PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
16 (19h01min) a 23.9.2024 (11h59min)	Fabricio Proença de Azambuja
9 (19h01min) a 16.12.2024 (11h59min)	Luciana do Amaral Rabelo

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 2605/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1775/2024-PGJ, de 25.4.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente a maio de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	8ª	Moisés Casarotto	99933-0622

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	8ª	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2590/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul em 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2591/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul em 23.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2585/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas de 17 a 28.6.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior; e tornar sem efeito a Portaria nº 2503/2024-PGJ, de 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2641/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os autos nº 0011188-74.2023.8.12.0001, em trâmite na Vara da Auditoria Militar, em 11.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2635/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques 1 (um) dia de folga compensatória em 26.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual realizadas em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2669/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 3.6.2024, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2636/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques 5 (cinco) dias de folga compensatória de 29.7 a 2.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2021/2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2637/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 1 (um) dia de folga compensatória em 15.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual realizadas em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2633/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 4 (quatro) dias de folga compensatória de 7 a 10.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2634/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 3 (três) dias de folga compensatória de 15 a 17.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2630/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 1 (um) dia de folga compensatória em 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2631/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 3 (três) dias de folga compensatória de 8 a 10.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2622/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2623/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 1 (um) dia de folga compensatória em 22.7.2024, por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares em 2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2620/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 1 (um) dia de folga compensatória em 26.8.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2020, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2621/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 3 (três) dias de folga compensatória em 22, 23 e 27.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2544/2024-PGJ, DE 22.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 1 (um) dia de folga compensatória em 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2640/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 4 (quatro) dias de folga compensatória de 16 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2639/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 3 (três) dias de folga compensatória de 10 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2638/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo Fonticielha De Rose 2 (dois) dias de folga compensatória em 17 e 18.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2632/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2629/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 3 (três) dias de folga compensatória de 18 a 20.9.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2628/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de folga compensatória em 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2627/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 1 (um) dia de folga compensatória em 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2613/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência admonitória em 21.6.2024, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus), na comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2610/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “F”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0001044-30.2017.8.12.0008, em 17.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2609/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Moisés Casarotto e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Autos nº 0917062-78.2024.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2603/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 17.1.2024, as férias regulamentares do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães concedidas por meio da Portaria nº e-1341/2023-PGJ, de 27.10.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2602/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 17.1.2024, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar nº 72/994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2565/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, e 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos de 1º a 12.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2566/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira 1 (um) dia de folga compensatória em 15.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2567/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, de 16 a 25.7.2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2589/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Pedro Gomes em 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2588/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2572/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 5 (cinco) dias de folga compensatória de 14 a 18.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2571/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 1 (um) dia de folga compensatória em 23.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2576/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 2 (dois) dias de folga compensatória em 28 e 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2577/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 1 (um) dia de folga compensatória em 3.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2021/2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2579/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti 4 (quatro) dias de folga compensatória de 27 a 30.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2580/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti 4 (quatro) dias de folga compensatória de 7 a 10.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2562/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2568/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 2 (dois) dias de folga compensatória em 25 e 26.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2569/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 3 (três) dias de folga compensatória de 10 a 12.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2570/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz 3 (três) dias de folga compensatória de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2578/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 4 (quatro) dias de folga compensatória de 7 a 10.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2670/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 3.6.2024, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Farley Leles Froes Medeiros, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2563/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 3 (três) dias de folga compensatória de 19 a 21.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2564/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 1 (um) dia de folga compensatória em 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2649/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 5 (cinco) dias de folga compensatória de 2 a 6.9.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2619/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0005647-88.2013.8.12.0008, em 5.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2611/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Autorizar os membros do Ministério Público Estadual para participarem do “II Congresso Nacional Mulheres pela Paridade: Igualdade e Democracia”, em 27.6.2024, a partir das 8h30min, no Auditório Manoel de Barros do Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2685/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Especializadas da comarca de Campo Grande a partir de 1º.6.2024, por 1 (um) ano.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2686/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 10ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2687/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2688/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2689/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2690/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2691/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Antonio Alencar para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Dourados de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2692/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os feitos e audiências relativos aos cumprimentos das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2) da comarca de Dourados de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2693/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Dourados a partir de 1º.6.2024, por 1 (um) ano.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2694/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí de 1º.6.2024 a 31.10.2025.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2644/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2874/2018-PGJ, de 22.8.2018, que designou o Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2643/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cláudia Loureiro Ocariz Almirão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2671/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 3.6.2024, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2582/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 3.6.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Sheila Marques da Costa, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2583/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Hassen Alle Hahmed Neto para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na 5ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, decorrente da exoneração de Sheila Marques da Costa.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2584/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sheila Marques da Costa, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Inocência a partir de 1º.7.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2586/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Caique de Moura Santos, Assessor Jurídico, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista para implantação e manutenção do Laboratório de Evidências Digitais no âmbito do CI/MPMS, instituída pela Portaria nº 2062/2024-PGJ, de 6.5.2024; e revogar esta na parte que designou o servidor Leonardo da Silva Oba, passando a referida comissão a ter a seguinte composição: o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza e os servidores Angelo Maia Marcelo Pirani, Bruno de Abreu Cáceres, Caique de Moura Santos, Diogo Banzer da Motta, Fernanda Tabarin Vieira, Gustavo da Silva Andrade, Marcelo Mendes do Amaral.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2587/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kelly Watanabe Cunha Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC4, símbolo MPFC-304, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2549/2024-PGJ, DE 23.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.6.2024, a Portaria nº 2059/2024-PGJ, de 6.5.2024, na parte que designou os servidores Alexandre Shiniti Shimada e Marcela Diniz Borges de Pauli para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2546/2024-PGJ, DE 23.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 12/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil (PGA nº 09.2024.00001654-9).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2600/2024-PGJ, DE 24.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Marina Sahib Aguilar, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Institucional a partir de 6.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2696/2024-PGJ, DE 29.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 3.6.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Alexia Duncan Guizzo Couto, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2697/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Cassiana Suchy Galvão para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Alexia Duncan Guizzo Couto.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2607/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Sérgio Frederico Pott Junior, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 15ª Promotoria de Justiça de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 23.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2650/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Ingrid Carvalho Peitl para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na 10ª Promotoria de Justiça de Dourados.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2645/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão em 16 e 20.5.2024 e 19 e 21.6.2024, em razão de afastamento da titular, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2646/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Expediente da Secretaria de Tecnologia da Informação em 17.5.2024, em razão de afastamento da titular, Kelli Cristina de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 2647/2024-PGJ, DE 28.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, em 17.5.2024, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 2614/2024-PGJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 16.5.2024 a 16.5.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 2615/2024-PGJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca de 16.5.2024 a 16.5.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2616/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças em 3.5 e 8.7.2024, em razão de afastamento da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2617/2024-PGJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catia Cristiane Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Tomada de Contas de 20 a 24.5.2024, em razão de afastamento da titular, Simeia Fernanda da Silva Taveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2618/2024-PGJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, em 11 e 12.4.2024, em razão de afastamento da servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2656/2024-PGJ, DE 28.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karla Karoline Assumpção Cavalcante, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Escola Superior do Ministério Público de 13 a 29.5.2024, em razão de afastamento da titular, Joana Maria Diedrich.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



PORTARIA Nº 2667/2024-PGJ, DE 28.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, tendo em vista contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 201, § 9º, da Constituição Federal; 179 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990; e 79 e 80, *caput*, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2024.00003951-0):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
2 (dois) anos, 2 (dois) meses e 2 (dois) dias	12.9.1994 a 13.11.1996	Não especificado	Comercial Pereira de Alimentos Ltda.
4 (quatro) meses e 3 (três) dias	19.11.1996 a 21.3.1997	Operadora de Crédito	Gabriela Moda e Couro Ltda.
5 (cinco) meses e 28 (vinte e oito) dias	5.7.1997 a 2.1.1998	Não especificado	Supermercado Barbosa Ltda.
5 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias	1º.9.1999 a 18.2.2000	Não especificado	Trokar Postos de Serviços Ltda.
1 (um) ano, 7 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias	3.12.2001 a 31.7.2003	Não especificado	Município de Campo Grande
10 (dez) meses	14.7.2003 a 31.5.2004	Agente Municipal de Saúde	Agência Municipal de Prestação de Serviços à Saúde
9 (nove) meses e 14 (quatorze) dias	6.12.2004 a 19.9.2005	Agente de Atendimento	Teleperformance CRM S.A.
5 (cinco) meses e 11 (onze) dias	19.8.2005 a 28.2.2006	Agente Municipal de Saúde	Agência Municipal de Prestação de Serviços à Saúde
4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 6 (seis) dias	20.7.2011 a 25.9.2015	Atendente Comercial	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (Sanesul)

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 1/2024-CPJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o fim de redefinir as atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Dourados.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a autonomia financeira e administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, expressamente prevista pelo art. 127 da Constituição Federal, pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no que concerne aos crimes envolvendo violência contra criança e adolescente em decorrência de sua condição;



CONSIDERANDO as alterações promovidas na Resolução nº 221, de 1º de setembro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS) a partir da publicação das Resoluções nºs 272, de 18 de maio de 2022, e 303, de 7 de fevereiro de 2024, do TJMS;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da divisão das atribuições entre as Promotorias de Justiça da comarca de Dourados a fim de garantir a equidade na distribuição de serviços entre os órgãos de execução;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004809-6 e a aprovação do Colégio de Procuradores sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso I do § 6º do art. 2º da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º
.....
§ 6º
I - na comarca de Dourados, aos titulares da 1ª e 3ª Promotorias de Justiça, mediante distribuição equitativa;” (NR)*

Art. 2º Os incisos I e II e o § 1º do art. 13 da Resolução nº 18/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 13.
I - a 1ª Promotoria de Justiça, nos feitos distribuídos à 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões da comarca de Dourados, mediante distribuição equitativa com a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados;
II - a 3ª Promotoria de Justiça, nos feitos distribuídos à 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões da comarca de Dourados, mediante distribuição equitativa com a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados.
.....
§ 1º As pautas de audiências da 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões da comarca de Dourados serão equitativamente divididas entre as Promotorias de Justiça Cíveis da comarca de Dourados, na razão de metade para cada órgão de execução.” (NR)*

Art. 3º Os incisos III, IV e V do art. 14 da Resolução nº 18/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 14
.....
III - a 8ª Promotoria de Justiça, nos feitos de execução penal distribuídos à Vara do Tribunal do Júri e Execução Penal;
IV - a 14ª e 15ª Promotorias de Justiça, nos feitos distribuídos à Vara do Tribunal do Júri e Execução Penal, exceto os relativos à execução penal, bem como atuar perante o Tribunal do Júri e nos procedimentos da CIP relativos aos crimes dolosos contra a vida;
V - a 2ª e 13ª Promotorias de Justiça, nos feitos distribuídos à 3ª Vara Criminal relativos à prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nas causas cíveis que decorram de crimes dessa natureza, em crimes praticados contra criança e adolescente em decorrência de sua condição, independentemente do gênero e da pena cominada, previstos no Código Penal ou na legislação extravagante, bem como nos incidentes processuais e nos pedidos de medida protetiva instituídos pela Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, Lei Henry Borel, excetuando-se os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados; ressaltados os casos de conexão ou continência.” (NR)*

Art. 4º Fica revogado o inciso III do art. 13 da Resolução nº 18/2010-PGJ.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 33/PGJ/2019**

Processo nº 09.2023.00000325-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GUSTAVO FARIA DE OLIVEIRA**, representado por **Leandro Henrique Paleari**.

Procedimento licitatório: Dispensa, com fulcro no artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 33/PGJ/2019, em R\$ 98,91 (noventa e oito reais e noventa e um centavos), com efeitos a partir de 28.05.2024, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 2.780,87 (dois mil setecentos e oitenta reais oitenta e sete centavos).

Vigência: 29.05.2024 a 28.05.2029.

Data de assinatura: 29 de maio de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 18ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0916449-92.2023.8.12.0001, em que consta como vítima(s) Marcos Antônio Alves dos Santos,, conforme se transcreve: "Por todo o exposto e pelo que mais dos autos consta, esta Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fundamento nos Artigos 18 e 28 do Código de Processo Penal, requer o ARQUIVAMENTO do presente feito, no que tange à morte da vítima MARCOS ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS."

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

JOSÉ ARTURO IUNES BOBADILLA GARCIA
Promotor de Justiça

¹ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**EDITAL Nº 19/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2024.00000496-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: JBS S.A. Unidade Frigorífica localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 7255, Vila Nova, saída para a cidade de Aquidauana - MS,

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do Frigorífico JBS S. A., Unidade Frigorífica localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 7255, Vila Nova, saída para a cidade de Aquidauana - MS, notadamente quanto aos maus odores provenientes de seu processo produtivo.

Campo Grande, 28 de Maio de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0008/2024/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, sediada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, em Campo Grande/MS, CEP Nº 79.040-240, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de nº 09.2024.00005668-5 especificado, disponível para consulta no sítio eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00005668-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessados: Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), Secretaria de Estado de Saúde (SÉS) e Hospital Adventista do Pênfigo de Campo Grande – Unidade Matriz;

Objeto: acompanhar a contratualização do Hospital Adventista do Pênfigo de Campo Grande – Unidade Matriz para realização de transplantes de tecido ocular humano aos usuários SUS no Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

MARCOS ROBERTO DIETZ

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2024/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, sediada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, em Campo Grande/MS, CEP Nº 79.040-240, torna pública a instauração do Inquérito Civil de nº 06.2024.00000489-7 especificado, disponível para consulta no sítio eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000489-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde (SESAU)

Objeto: Apurar as medidas adotadas pela SESAU para corrigir as irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria Técnica nº 46/2024 na UBS JOCKEY CLUB.

Campo Grande, 29 de maio de 2024.

MARCOS ROBERTO DIETZ

Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n.0000439-52.2024.8.12.0004, em que consta como investigado (s) J. L. L. O. e vítima (s) E. S. M., conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios de autoria (falta de justa causa para a promoção da ação penal), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos.

Amambai (MS), 28 maio de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

COSTA RICA**RECOMENDAÇÃO N. 0001/2024/02PJ/KCA****Procedimento Administrativo n. 09.2024.00000993-7**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Costa Rica/MS, no uso de suas atribuições, com fulcro nas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 127, *caput*, e art. 129, inciso II, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público, conforme disposto no art. 227, *caput*, da Constituição Federal e art. 4º, *caput* e parágrafo único, da Lei n. 8.069/90, assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar comunitária;

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei n. 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil (conforme inteligência dos arts. 87, inciso I; 88, inciso II; 90; 101; 112; 129 e 259, parágrafo único, todos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Lei n. 8.742/1993 (LOAS), que criou o Sistema Único de Assistência Social, e a posterior implementação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução nº 109/2009 do Ministério de Desenvolvimento Social, que "aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais", os serviços de proteção social especial de alta complexidade compreendem: a) o serviço de acolhimento institucional, nas modalidades (i) abrigo institucional, (ii) casa-lar, (iii) casa de passagem e (iv) residência inclusiva; b) serviço de acolhimento em república; c) serviço de acolhimento em família acolhedora; e d) serviço de proteção em situação de calamidades públicas e de emergências;

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



CONSIDERANDO que, em acréscimo a essa normatização, os acolhimentos institucional e familiar encontram minuciosa disciplina no documento intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, que define “Casa-Lar” como o “Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta”;

CONSIDERANDO que consta das Orientações Técnicas do CONANDA/CNAS, de 2009, que os coordenadores das casas-lares devem ter, como formação mínima, “nível superior e experiência em função congênere” e “Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região”;

CONSIDERANDO que o quadro da Casa-Lar Santa Terezinha não está de acordo com os padrões estabelecidos;

CONSIDERANDO que extrai-se das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, que “Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento – incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio - é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas ‘espírito de solidariedade’, ‘afeto’ e ‘boa vontade’, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado”;

CONSIDERANDO que o documento constante à fl. 19 do Procedimento Administrativo nº. 09.2024.00000993-7, que tramita nesta Promotoria, contém sugestão de capacitação das cuidadoras que atuam na Casa Lar Santa Terezinha “para que as mesmas saibam lidar com crianças portadoras de transtornos mentais”;

CONSIDERANDO que os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção para famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem;

CONSIDERANDO que a Casa-Lar Santa Terezinha se enquadra nessa descrição;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução nº 017/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a equipe de alta complexidade deve obrigatoriamente ser composta por 1 (um) assistente social e 1 (um) psicólogo;

CONSIDERANDO que o Município de Costa Rica/MS atualmente não dispõe de equipe de alta complexidade para prestar atendimento especializado às Crianças, Adolescentes e Idosos desta municipalidade;

CONSIDERANDO que, em razão das irregularidades apontadas, as crianças e adolescente acolhidos no município estão com seus direitos ameaçados ou violados; e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, conforme estabelece o artigo 201, V, VI e VIII da lei n.º 8069/90, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a proteção dos interesses individuais, coletivos ou difusos relativos à infância e à juventude;

Resolve:

1. RECOMENDAR ao município de Costa Rica/MS, nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Cleverson Alves dos Santos e do Excelentíssimo Senhor Secretário de Assistência Social Antônio Divino Felix Rodrigues, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta Recomendação, promovam a adequação do quadro de recursos humanos da entidade de acolhimento Casa-Lar Santa Terezinha às diretrizes previstas na Lei nº 8.742/93 e na

Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01/2009, atentando, em especial, para o cumprimento das seguintes obrigações:

1.1 – Implantação da equipe mínima necessária, com formação adequada, nos seguintes moldes:

*Equipe Profissional Mínima*⁹²

Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador residente e auxiliar de educador/cuidado, conforme detalhado a seguir:

Coordenador

Perfil	<ul style="list-style-type: none"> Formação mínima: nível superior e experiência em função congênera Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> 1 profissional para atendimento a até 20 crianças e adolescentes em até 3 casas-lares
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> Gestão da entidade Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do Projeto Político-Pedagógico do serviço Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos Articulação com a rede de serviços Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

Equipe Técnica

Perfil	<ul style="list-style-type: none"> Formação Mínima: Nível superior⁹³ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> 2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes acolhidos em até 3 casas-lares No caso do serviço englobar apenas uma casa-lar, o número de profissionais de nível superior poderá ser reduzido para um. Carga Horária Mínima Indicada: 30 horas semanais

Principais Atividades Desenvolvidas ⁹⁴	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração, em conjunto com o/a educador/cuidador residente e, sempre que possível com a participação das crianças e adolescentes atendidos, de regras e rotinas fundamentadas no projeto político pedagógico da entidade Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; Apoio na seleção dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração e encaminhamento e discussão com autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residentes); Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residente, do processo de aproximação e (re)construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso;
--	---

Educador/cuidador residente

Perfil	<ul style="list-style-type: none"> Formação mínima: Nível médio e capacitação específica Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes Trabalha e reside na casa-lar
---------------	--

Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 profissional para até 10 usuários. ▪ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização da rotina doméstica e do espaço residencial; ▪ Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; ▪ Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente; ▪ Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); ▪ Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; ▪ Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; ▪ Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; ▪ Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

Auxiliar de educador/cuidador residente

Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica ▪ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 profissional para até 10 usuários, por turno⁹⁵ ▪ Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação ▪ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador residente
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às funções do educador/cuidador residente ▪ Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros)

1.2 – Capacitação de toda a equipe da Casa Lar Santa Terezinha, de modo a prepará-la para lidar com crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais;

1.3 – promover a criação, formação e estruturação de Equipe de Alta Complexidade no Município de Costa Rica/MS, no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, composta, no mínimo, de 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, nos termos da Resolução nº 017/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

2. CONCEDER ao município de Costa Rica/MS, nas pessoas de seus representantes legais, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, para apresentar resposta escrita sobre o acatamento ou não desta Recomendação;

3. CONCEDER ao município de Costa Rica/MS, nas pessoas de seus representantes legais, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, para promover publicação de extrato desta Recomendação em veículo de imprensa adequado, conforme previsto no artigo 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, findo o qual deverá ser encaminhada à Promotoria de Justiça cópia do impresso correspondente;

Adverta-se os destinatários de que o não acatamento da presente recomendação autoriza o Ministério Público a adotar as medidas judiciais cabíveis, de cunho cível e penal e por ato de improbidade administrativa, autorizando, inclusive, o bloqueio de valores, se necessário.



Encaminhe-se cópia digitalizada desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Procurador-Geral de Justiça, para ciência.

Encaminhe-se cópia à douta Defensora Pública e à insigne Juíza de Direito da Infância e da Juventude desta comarca, para conhecimento.

Costa Rica/MS, 28 de maio de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA
Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0024/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00182604-8 em que constam como investigadas EDNAURA DA SILVA FERREIRA e ELIANE FRANCISCA FERREIRA DA SILVA e vítima MARIA EDUARDA BARBOSA BORGES DE OLIVEIRA, conforme se transcreve: *“Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL requer o ARQUIVAMENTO do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF, interpretada a contrario sensu.”*

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 27 de maio de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0035/2023/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000808-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogerio de Matos Neves

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,29 hectares em área remanescente de vegetação nativa, possivelmente integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Maria I, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 283/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 031/2023/2º PEL PMA – São Gabriel do Oeste.

São Gabriel do Oeste, MS, data da assinatura digital.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO
Promotora de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial referente aos autos n. 0004915-53.2022.8.12.0021 – autos SAJMP n. 08.2022.00134563-4, em que constam como investigado (a/s) A apurar e vítima (s) Tayla Maria dos Santos Dante, conforme se transcreve: “Assim, ante a atipicidade do fato apurado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL promove o arquivamento do presente feito, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Três Lagoas-MS, 24 de maio de 2024.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial referente aos autos n. 0001267-65.2022.8.12.0021 – autos SAJMP n. 08.2022.00035403-7, em que constam como investigado (a/s) A apurar e vítima (s) Jhone de Barros Linhares e Luiz Jorge Linhares de Santana, conforme se transcreve: “Assim, ante a atipicidade do fato apurado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL promove o arquivamento do presente feito, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Três Lagoas-MS, 24 de maio de 2024.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial referente aos autos n. 0003290-81.2022.8.12.0021 – autos SAJMP n. 08.2022.00088579-2, em que constam como investigado (a/s) Ricardo Gregório Lima e vítima (s) Thales Elias de Lima, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL promove o arquivamento dos autos, considerando a configuração da excludente de ilicitude da legítima defesa, prevista no artigo 23, inciso II, do Código Penal, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas-MS, 24 de maio de 2024.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
Promotor de Justiça

³§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

⁴§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

⁵§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial referente aos autos n. 0004915-53.2022.8.12.0021 – autos SAJMP n. 08.2022.00134563-4, em que constam como investigado (a/s) Ivan Luiz Daur de Medeiros e vítima (s) Idevaldo Garcia Leal Júnior, conforme se transcreve: “Assim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL promove o arquivamento do presente feito, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Três Lagoas-MS, 24 de maio de 2024.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
Promotor de Justiça

⁶§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.